



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 24/2015

REUNIÃO ORDINÁRIA DE

23/12/2015

“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.

----- Aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões da Câmara Municipal, reuniu esta, sob a direção do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, estando presentes os Senhores Vereadores Dr. João Maria Ribeiro Reigota, Nelson Teixeira Maltez, Dr. Luís Miguel dos Santos Grego, Dr.ª Dulce Helena Ramos Cainé, Prof.ª Maria da Graça Santos Domingues e Dr. José Carlos Baptista Garrucho.-----

----- Presentes também a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dr.ª Carmen Santos, o Chefe da Divisão de Obras Municipais, Eng.º Rui Silva, o Chefe da Divisão de Proteção Civil, Planeamento, Ordenamento e Ambiente, Dr. Ângelo Lopes e a Chefe da Divisão de Educação, Cultura e Desporto, Dr.ª Brigitte Capeloa. -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:**-----

----- Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 246 de 21 de dezembro de 2015, com um saldo orçamental de 584.461,70€ (quinhentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e um euros e setenta centimos). -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. João Reigota que começou por perguntar em que ponto estava o processo judicial do Dr. Poiães Maduro, tendo dito que apesar de ser um assunto complexo, já tinham passado cerca de dois anos. No seguimento daquela questão, perguntou também qual era o ponto de situação de uma inspeção que tinha sido feita ao Município havia uns três ou quatro anos, bem como um processo de litígio com um funcionário o qual teria sido concluído, pelo que pediu mais informação, nomeadamente contornos e valores envolvidos. -----

----- Interveio a Sr.ª Vereadora Prof.ª Graça Domingues que perguntou se as obras do canal já tinham terminado, alertou para o facto dos restos do muro terem ficado no leito do canal e solicitou que verificassem a situação. -----

----- Interveio o Sr. Eng.º Rui Silva, Chefe da Divisão de Obras Municipais, que esclareceu que o que estava previsto era que o muro velho ficasse enterrado do lado da estrada, para evitar o transporte dos resíduos para um vazadouro e pagamento de encargos. Acrescentou que o empreiteiro lhe tinha garantido que o referido material

tinha sido colocado em zonas de baixios, sempre abaixo da cota mínima do canal e que a água nunca lá ia chegar, para não haver possibilidade da pedra um dia vir a aparecer.

----- Interveio o Sr. Vereador Nelson Maltez que disse que uma série de pessoas da Praia de Mira o tinham abordado tendo dito que se a base do muro não tivesse lá umas pedras, o muro caía, porque ia “descaçar” tudo.-----

----- Interveio o Sr. Eng.º Rui Silva, Chefe da Divisão de Obras Municipais, que disse que se as pedras ficassem acima da base do canal podia haver limos e causar alguma instabilidade. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara que, em relação ao processo com a família do Dr. Poiães Maduro, referido pelo Sr. Vereador Dr. João Reigota, como também era parte do processo, não tinha havido nenhuma evolução. Estava portanto na segunda instância e estavam a aguardar a decisão. -----

----- Em relação ao relatório da inspeção disse que estavam a ser dados passos, nomeadamente a alteração do Plano de Pormenor do Miravillas e do Miroásis, corrigindo alguns dos problemas detetados. -----

----- Quanto ao litígio existente com a funcionária, disse que naquele momento o processo já tinha acabado e estavam a avaliar o valor da indemnização para tentar chegar a um entendimento.-----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. João Reigota que agradeceu a resposta do Sr. Presidente da Câmara e reiterou a questão do valor, nomeadamente se já tinham chegado a um valor.-----

----- Quanto ao esclarecimento relativo à inspeção perguntou se abrangia a questão da reposição ao domínio público no Miravillas. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Nelson Maltez e respondeu que o Miravillas e o Miroásis tinham problemas de implantação, nomeadamente de falta de correspondência entre o que estava no terreno e o Plano de Pormenor, entre outras situações, razão pela qual o referido plano estava a ser corrigido. Mais disse que já se tinham dado alguns passos em direção à resolução dos problemas enunciados. No entanto, havia duas ou três situações que pela sua dimensão não eram resolúveis pelo Plano de Pormenor.-----

----- Acrescentou que se tinham assumido algumas tolerâncias para todos, tinha-se corrigido o Plano e tinha-se assumido como tolerância até 10% da área de cada lote. --

----- Interveio o Dr. Ângelo Lopes, Chefe da Divisão de Proteção Civil, Planeamento, Ordenamento e Ambiente, que disse que o Plano de Pormenor estava praticamente concluído. Tinha-se feito a implantação das áreas vendidas, que era ponto de honra e desde o início da elaboração se tinha assumido, ou seja, não haveria aumentos de áreas dos lotes, pese embora houvesse correções. Naquele momento, disse, o Plano estava terminado e o que faltava era cartografia oficial e estava a ser validado o levantamento topográfico. -----

----- Acrescentou que, se tudo corresse bem como seria de esperar, se a cartografia fosse homologada o Plano seria apresentado em reunião de Câmara com vista à sua aprovação. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. João Reigota que agradeceu a explicação relativamente ao Plano que certamente seria uma boa medida para resolver, de uma forma geral, as situações. Contudo, disse que estava a referir-se a uma questão em particular, que tinha motivado grande insistência por parte da inspeção, o que na altura tinha sido também enfatizado pelos Senhores Vereadores da oposição, com as suas razões, naturalmente, até porque não era isso que estava em causa. Porém, considerou positivo se o assunto tinha deixado de ser motivo de pressão e afirmou que era bom sinal e que esperava que não viesse a surgir outra vez, consoante mudavam os atores em causa. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Nelson Maltez que esclareceu que lhe estava a ser dito o que sabiam, que também tinham sido questionados e tinham respondido na altura que estava em curso a revisão daquele Plano de Pormenor. Não sabia se tinha sido por isso, mas até àquele momento aguardava o resultado da conclusão daquele processo. -----

----- Acrescentou ainda que naquela revisão se tinha assumido a questão das caves. --

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego que lembrou que havia uma série de documentos que iam sendo pedidos, informalmente, e o Sr. Presidente da Câmara tinha dito que seriam apresentados, mas o que era facto é que iam ficando esquecidos, nomeadamente todos os custos com os militares e a questão dos processos judiciais. -

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara que esclareceu que em cada sessão da Assembleia Municipal seria apresentado o relatório.-----

----- Continuou o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego que disse que tinha também havido a questão dos baldios, a qual tinha posteriormente tentado perceber, onde tinha referido o desaparecimento de algumas pessoas, o que afinal não estava muito longe da realidade.-----

----- Lembrou ainda a distinção dada na página do facebook do Sr. Presidente da Câmara à munícipe Susana Sargento, enquanto finalista do Prémio Mulheres Inovadoras, o que considerou motivo de grande orgulho pelo reconhecimento internacional.-----

----- A respeito das obras na Barra perguntou se estavam ou não terminadas, ou se tinham que aprovar depois mais alguma coisa, após o contrato ter terminado.-----

----- A propósito do índice de transparência municipal considerou positivo o facto do Sr. Presidente da Câmara ter dado atenção ao assunto e Mira ter respondido de forma positiva e, por isso, ter visto a sua posição melhorada. Acrescentou que aquele tipo de indicadores tinham um valor relativo e que quando eram positivos havia uma tendência para não serem valorizados e o inverso quando eram negativos, o que não devia acontecer e não era essa a sua postura. Continuou, sublinhando que o Município de Mira tinha dado alguns passos no caminho certo.-----

----- Referiu a existência de um novo Secretário Executivo na CIM, apesar de não ser seu conhecido, contudo era uma figura de grande relevância da área intermunicipal, e desejou que a escolha não tivesse sido partidária, independentemente do partido que a tivesse originado.-----

----- Quanto à intervenção do Sr. Vereador Dr. João Reigota a respeito da inspeção, disse que tinham andado a jogar com as palavras, que tinha sido feita uma referência a um caso concreto, do conhecimento de todos, mas quando estavam no Executivo sentiam os problemas de maneira diferente do que quando estavam na oposição. Acrescentou que estava lá um “imbróglio grande”, como todos sabiam e quem já tinha estado no Executivo, como era o seu caso e do Sr. Vereador Nelson Maltez, sabia bem do que ele estava a falar. Contudo, a pergunta do Sr. Vereador Dr. João Reigota era

muito mais pragmática, mais simples, mas não se tinha dito aquilo que se podia, nem se quis falar do assunto, mas estava tudo bem. No entanto reiterava o que o Sr. Vereador Dr. João Reigota tinha afirmado, nomeadamente antes havia uma pressão enorme para que o assunto fosse resolvido, e no presente ainda não havia resolução, mas também nada tinha acontecido à Câmara. Mas quanto a isso estava tudo bem. ----

----- Continuou a sua intervenção tendo manifestado preocupação relativamente ao assunto que considerou delicado.-----

----- A propósito da questão da Sr.ª Vereadora Prof.ª Graça Domingues, disse que não tinha ficado nada satisfeito com a garantia que o Eng.º Rui Silva tinha dito que o empreiteiro lhe tinha dado, de que os detritos não apareceriam, nem com a justificação apresentada, para não se gastar dinheiro, uma vez que, como era sabido, os leitos eram muito móveis. Mais disse que uma situação era não estar no caderno de encargos, outra era para facilitar a vida ao empreiteiro, e estando no caderno de encargos o empreiteiro tinha que assumir e fazer o trabalho.-----

----- Disse ainda que percorria muitas vezes aquele canal de canoa e que via lá muitas vezes crianças da Obra do Frei Gil, pelo que a questão dos detritos se mostrava ainda mais preocupante. Contudo, disse que se os detritos tivessem uma utilidade prática, para ajudar a suportar o muro, então estava tudo bem. -----

----- Interveio o Eng.º Rui Silva que disse ter sido o autor do projeto e que tinha considerado que o muro não era para levar a vazadouro e que não tinha sido incluído no caderno de encargos, dado o custo que tinha associado. Ou seja, se tivesse considerado aquele encargo alguma coisa teria que ter ficado por fazer, como a parte da pista de bicicletas ou qualquer outra coisa.-----

----- Acrescentou que no caderno de encargos estava definida a colocação do muro, do lado da estrada, por trás do muro novo e tinha sido isso que tinha sido feito em grande parte. Em algumas zonas o empreiteiro tinha colocado a pedra para substituir solos que estivessem em piores condições, mas que lhe tinha garantido que tinha colocado sempre abaixo do nível mínimo que o canal pudesse vir a ter. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara que disse que pensava que tinha ficado esclarecida, na anterior reunião, a questão da apresentação do relatório do Presidente,

após a sessão seguinte da Assembleia Municipal. Contudo mostrou-se disponível para proceder ao referido envio na reunião de Câmara seguinte. -----

----- Quanto à questão dos Compartes, disse que considerava que não tinha sido por terem desaparecido algumas pessoas ligadas àquele grupo que a situação tinha tido aquele desfecho. -----

----- A respeito do índice de transparência, disse que tinha conhecimento de que uma grande parte dos Municípios se tinham dedicado àquele assunto. Deu como exemplo um Município que tinha metido um técnico de informática durante dois ou três meses só a trabalhar naquela matéria. Nesse âmbito, deu os parabéns aos Senhores Chefes de Divisão e à Sr.^a Vereadora Dr.^a Dulce Cainé, pelo esforço empreendido na melhoria daquele indicador. Acrescentou ainda que tinha havido necessidade de fazer algumas adaptações no site, sem fazer grandes alterações uma vez que o novo site já estava em perspectiva. -----

----- Quanto ao relatório da inspeção, disse que tinham sido notificados uma vez sobre o assunto e que tinham respondido que estavam a trabalhar no Plano de Pormenor. ---

----- No que tocava ao Secretário Executivo, Dr. Jorge Brito, disse que tinha sido Chefe de Gabinete do Dr. Manuel Machado, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, que o conhecia pessoalmente das reuniões da CIM, que tinha sido Vice-Presidente da Câmara Municipal de Seia pelo Partido Socialista. Naquele caso, disse, o nome tinha sido indicado pelo Partido Socialista, que detinha a larga maioria na CIM. Tanto quanto sabia era uma pessoa competente para exercer as funções para as quais tinha sido designado. -----

----- Lembrou ainda o trabalho feito pelo Eng.^o Jorge Bento, nomeadamente o ITI e o conseguir assinar o pacto, que naquele momento era preciso implementar e daí que a figura de Secretário Executivo também assumisse um papel importante. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. José Garrucho que começou por dizer que era importante perceber a partilha e a troca de informação de quem tinha a experiência e a história da governação do Município. -----

----- Afirmou que se vivia naquele momento um tempo diferente, mais exigente e que ultrapassava a dimensão da própria história, na medida em que as mudanças políticas

que ocorriam no Sul da Europa eram de alguma maneira desafiantes e havia efetivamente novidade, portanto era necessário olhar para a realidade política e social de uma forma diferente. -----

----- Nesse âmbito sublinhou a questão da necessidade de partilha de informação, solicitando ao Executivo que tivesse a ambição de ultrapassar aquilo que a oposição pedia, que tinha toda a legitimidade e direito de pedir toda a informação. Contudo, considerou que o Executivo tinha ainda outro dever que era, não apenas responder aos pedidos da oposição, mas ultrapassá-los e fazer com que a informação fosse generalizada, aberta, transparente e disponível não apenas aos titulares dos órgãos políticos, mas à própria população em geral. Disse ainda que sem informação as oportunidades não eram iguais para todos, porque só alguns tinham informação e só esses a poderiam usar na sua congeminação criativa para as soluções.-----

----- Solicitou ainda que houvesse uma reflexão mais profunda sobre a organização, a dinamização e a promoção dos valores culturais e patrimoniais de Mira. Nesse contexto, referiu a falta de dinamização do Museu do Território da Gândara e sugeriu que houvesse mais investigação, por exemplo inserido no nível universitário, e promoção naquilo que já estava identificado como valor patrimonial na comunidade de Mira, nomeadamente algumas tradições relacionadas com o calendário agrícola, a Casa Gandaresa, entre outros.-----

----- Referiu também o Arquivo Municipal, que considerou importante na medida em que sem arquivo não havia memória e Mira em um Concelho com história, que era importante não esquecer. -----

----- Face ao exposto disse que era necessário que a Câmara Municipal começasse a perceber por onde era possível promover o Concelho, que era esse o caminho a seguir e não andar atrás dos outros. -----

----- Deixou ainda votos de Boas Festas, para que Mira, como destino de turismo, acontecesse durante todo o ano e que o Novo Ano não fosse apenas de bons desejos, mas bem construído, com desenvolvimento harmonioso e com informação “co-desafiante” para que todos e cada um pudesse contribuir para isso. -----

----- Desejou ainda saúde, alegria, desafio, boa-vontade e ânimo para responder ao desafio. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara que agradeceu a intervenção do Sr. Vereador Dr. José Garrucho e, a respeito da questão da informação, disse que também com a melhoria no índice de transparência respondiam ao desafio da partilha da informação e do conhecimento. -----

----- Acrescentou ainda que a partilha de informação seria feita e que na reunião de Câmara seguinte seria enviado o relatório, o qual estaria datado de 31 de outubro, senão só depois do da Assembleia Municipal de fevereiro. -----

----- A respeito do Arquivo Municipal, disse que tinha aberto um espaço no edifício da Biblioteca Municipal para consulta, que estava organizado e preparado para receber a população. Mais disse que também estava a decorrer um estágio PEPAL a ajudar a organizar uma grande parte do arquivo. -----

----- ***DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA*** -----

----- **PROGRAMA DE RESCISÕES POR MÚTUO ACORDO NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL, INSTITUÍDO E REGULAMENTADO PELA PORTARIA N.º 209/2014, DE 13 DE OUTUBRO** -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ***proposta n.º 319/2015***, do Sr. Presidente da Câmara, de 18 de dezembro de 2015, no sentido de deferir o pedido de rescisão por mútuo acordo do contrato de trabalho com o trabalhador Paulo Alexandre Corrêa da Silva Pontes, Técnico de Informática de grau 1, pertencente ao Mapa de Pessoal da Autarquia, cuja minuta do acordo de rescisão se encontra anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

----- Mais foi deliberado notificar o requerente, bem como enviar-lhe a minuta do referido acordo, para que se possa pronunciar no prazo de 10 dias úteis, devendo a aceitação constar de documento escrito. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara que disse que a proposta era relativa ao funcionário Paulo Pontes, a quem tinha sido colocada a questão se pretendia mesmo avançar, ao que o trabalhador tinha mantido sempre a posição e a intenção de rescindir o contrato. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. José Garrucho que perguntou se estava tudo resolvido com o funcionário. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara que disse que tinha sido negociado com o trabalhador o pagamento faseado em quatro prestações. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. José Garrucho que disse que sempre que um trabalhador, por uma razão menos boa, saía de um serviço era um momento para refletir e, sendo o trabalhador ainda jovem, seria de esperar que continuasse a sua carreira, pelo que considerou importante que fosse feita uma carta de recomendação, para que, se mais não fosse, se desejasse um bom sucesso na nova fase da sua vida. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara que disse que pessoalmente entendia que o trabalhador era necessário e que tinha as suas funções, mas, numa vertente pessoal e na vontade própria do trabalhador, entendia que era aquela a sua vontade e não aceitar a sua decisão não seria bom para nenhuma das partes. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego que disse que não podia deixar passar sem se manifestar, até porque não tinha votado o assunto na primeira vez que a proposta tinha sido apresentada.-----

----- Nesse âmbito disse que, tal como havia dito o Sr. Presidente da Câmara, podiam ter motivos, precisar das pessoas e não as deixar sair, porque depois não podiam contratar, mas quando as pessoas não estavam de vontade não iam “render”. Por isso não tinha votado na anterior proposta e considerou uma pena terem perdido aquele tempo, entre a primeira proposta e a presente. Contudo, também tinha sido explicado pelo Sr. Vice-Presidente, havia outros motivos que estavam a ser tratados.-----

----- Face ao exposto disse que não podia deixar de dar um voto de boa-sorte ao funcionário, que certamente iria começar uma nova etapa na sua vida, por tudo o que tinha feito e pelo crescimento profissional, pelo capital de conhecimento que tinha ganho ao longo de mais de 20 anos. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara acrescentou que o trabalhador entretanto tinha pedido licença sem vencimento, pelo que teriam que resolver a situação e que na altura da primeira proposta a decisão tinha sido também para dar mais tempo ao trabalhador para refletir na sua decisão.-----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. José Garrucho que referiu uma correção de detalhe na proposta. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara leu a proposta e esclareceu que se tratava de um pequeno lapso e que, de facto, o texto referia “foi dado formação”, onde devia constar “foi dando formação” e acrescentou que fazia parte do acordo o trabalhador ir passando progressivamente informação aos colegas, uma vez que só ele tinha conhecimento de algumas matérias. -----

----- NOMEAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE MIRA PARA INTEGRAR OS CORPOS SOCIAIS DA UNIDADE DE ACOMPANHAMENTO E COORDENAÇÃO (UAC) – RATIFICAÇÃO -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 320/2015**, do Sr. Presidente da Câmara, de 18 de dezembro de 2015, no sentido da ratificação, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º e na 2.ª parte da alínea oo) do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, da nomeação do Dr. Fernando José Domingues Madeira, no dia 14 de dezembro, para integrar os órgãos sociais da Unidade de Acompanhamento e Coordenação, em parceria com o Município de Condeixa – a – Nova, a Associação Comercial e Industrial de Coimbra e o Município de Mira. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara mencionou que já tinha havido eleições para a UAC e havia a falta de um elemento da Câmara Municipal de Condeixa e outro da Câmara Municipal de Mira, que tinha nomeado o Dr. Fernando Madeira. Acrescentou ainda que tinha sido nomeado um Técnico Oficial de Contas (TOC), que estava em falta e que estava a fazer o levantamento de todas as dívidas, que rondariam os 30.000€ (trinta mil euros), repartidos pelo Município de Mira e de Condeixa. -----

----- Quanto à possibilidade de extinção, disse que tinham decidido baixar as quotas anuais para 1250€ (mil duzentos e cinquenta euros), mantendo a associação na eventualidade de haver necessidade de apresentar alguma candidatura ou outra situação em que fosse necessária a figura da Associação de Municípios, a qual estava constituída, podendo alterar o seu objeto. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego que lembrou que gostaria de ver aquela situação resolvida, a qual considerou bastante delicada, na medida em que já tinha um processo colocado pela antiga funcionária e desde a saída do Presidente e da Secretária Geral, que também era representante na UAC, a situação tinha-se complicado.-----

----- Nesse âmbito perguntou se era possível manter a associação apenas com uma quota “simbólica”, mantendo o TOC, perspetivando a entrada eventual de mais alguns associados, nomeadamente associações empresariais locais, ou outros Municípios, e recordou que estavam abertas candidaturas ao “Comércio Investe” e pequenos empresários tinham constantemente que recorrer a outras entidades que depois exigiam quotas para submeterem projetos.-----

----- Considerando que as iniciativas de base local ainda não estavam contratualizadas ou regulamentadas, que as associações de desenvolvimento local tinham também perdido um pouco do seu protagonismo para as CIM, logo podia a UAC ganhar competências naquela área, para além de que, na ADELO, éramos “convidados”.-----

----- Em suma, apoiou integralmente a estratégia de manter a situação em “banho-maria” à espera de ver o que acontecia, pagando, como era óbvio, ao TOC. Terminou desejando bom trabalho aos órgãos sociais e pedindo uma vez mais que lhe resolvessem a questão.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara que esclareceu que a estratégia era precisamente a que o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego tinha referido, aceitando sugestões, como a do “Comércio Investe”, a entrada de novos sócios, deixando em aberto a possibilidade de alterar o seu objeto.-----

----- CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO NO ÂMBITO DA REQUALIFICAÇÃO DO SISTEMA DE RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DE MIRA E VAGOS -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 321/2015**, do Sr. Presidente da Câmara, de 18 de dezembro de 2015, no sentido da celebração de um Protocolo entre o Município de Mira e o Município de Vagos no âmbito da requalificação do sistema de resíduos dos Municípios de Mira e Vagos, o qual se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante.-----

----- Mais foi deliberado que, na sequência de diversas abordagens e reuniões realizadas entre o Município de Mira e o Município de Vagos, a candidatura para a obtenção de apoio financeiro, será formalizada em comum, sendo neste âmbito, todos os procedimentos relacionados com o processo de candidatura ao POSEUR, liderados pelo Município de Mira, que assumirá perante a autoridade de gestão, o estatuto de beneficiário, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 96 do RESEUR, aprovado pela Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de Fevereiro. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara e clarificou que, à semelhança do que tinha sido dito aquando do orçamento, havia algum tempo que procuravam ter um projeto para uma candidatura na área dos resíduos. Depois da análise do aviso, dos parâmetros e ponderações, bem como dos critérios de seleção, tinham concluído que dando escala e havendo informação de que havia muitos projeto e apenas 90.000.000€ (noventa milhões de euros) para aquele aviso, tinham concluído que seria positivo ganhar escala. Nesse contexto, disse, tinham reunido com a Câmara Municipal de Vagos e tinham chegado a um entendimento no sentido de formar uma parceria a fim de integrar a candidatura cujo prazo era 31 de dezembro. -----

----- Em termos gerais, disse, o projeto constava de um ecocentro em Mira, que iria localizar-se junto aos Armazéns Municipais, com um ponto intermédio de menor dimensão, em Vagos. Mais disse que o projeto passava também pela aquisição de duas carrinhas-gruas para fazer a recolha porta-a-porta, dois veículos todo-o-terreno para fazer a recolha nas praias e nas florestas, pela instalação dos “moloks”, ou seja contentores enterrados, na Vagueira, Praia de Mira, Vagos e Mira, espaços designados por “ilhas”. -----

----- Acrescentou a componente ambiental, com a realização de ações concretas em escolas, assim como um centro interpretativo de formação ambiental, que iria localizar-se na antiga escola da Parada. -----

----- Informou ainda que já tinham recebido pareceres positivos das APA e da ERSUC.

----- Interveio a Sr.ª Vereadora Prof.ª Graça Domingues que recordou que tinha acompanhado a Escola Básica do 1.º Ciclo da Praia de Mira numa visita ao Ecocentro

Municipal de Ílhavo, cuja parte educativa considerou muito boa e bem vocacionada para receber e cativar as crianças. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara que disse que também já tinham ido visitar o Ecocentro Municipal de Ílhavo e que o que se pretendia era construir um do mesmo género.-----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. José Garrucho que começou por manifestar o seu contentamento pela apresentação daquela proposta. Lembrou que aquela era uma das quatro questões que o MAR tinha colocado como essencial para que votassem o Orçamento Municipal para 2016, bem como já tinha sido no ano anterior, na medida em que a consideravam estruturante.-----

----- Lembrou uma jornada do projeto “Limpar Portugal” que tinha sido feita havia cerca de 10 anos, e do tratamento necessário a dar a resíduos diferentes do lixo doméstico, os quais acabavam muitas vezes junto a caminhos, ribeiras, valas e floresta. Referiu também a tomada de consciência de que a prática corrente de abandono dos resíduos em locais impróprios era cada vez mais insustentável.-----

----- Assim, aquela proposta, que considerou útil e que apenas pecava por tardia, por um lado era passível de ser fruto de apoios financeiros e por outro lado, e no seu entender, bem, o Executivo tinha conseguido aquele entendimento com a Câmara Municipal de Vagos, que era um Município vizinho, pese embora não fosse do mesmo distrito, era da área natural de Mira.-----

----- Disse ainda que esperava que a proposta em discussão fosse rapidamente implementada e, a respeito do Centro Interpretativo, disse que era bom que não implicasse apenas a recolha dos resíduos e salientou o trabalho de consciencialização que podia e teria que ser feito não só em Vagos, onde se iria localizar, mas também em Mira. Nesse âmbito, referiu ainda a importância da articulação da vertente pedagógica, nas escolas, com o Centro Interpretativo, para que as novas gerações pudessem ser integrada naquele modelo e para que os próprios idosos também fossem corrigidos nos seus comportamentos pelos valores que as novas gerações iam começando a adquirir através daqueles processos educativos.-----

----- A respeito da implementação e da gestão do projeto perguntou como era feita a articulação, a partilha de informação, como é que as decisões eram tomadas, de que forma iria funcionar a gestão do projeto. -----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Câmara que teria que haver um protocolo de gestão e de funcionamento, também de acordo com o que viesse a ser aprovado. No entanto, o que era preciso dar ao projeto era a dimensão da intermunicipalidade, o que era conseguido na recolha e necessário para ganhar escala e eficiência. -----

----- Acrescentou ainda que o principal ponto de investimento do projeto era em Mira, que era o Ecocentro, mas o Centro Interpretativo estava também interligado às escolas, nomeadamente na parte imaterial do projeto onde constava a parte da formação que seria feita nas escolas, com distribuição de materiais, que já estavam escolhidos. -----

----- Deu como exemplo uma visita de estudo feita por uma escola que se deslocaria ao Centro Interpretativo, em Vagos, onde haveria uma explicação teórica, complementada com a explicação prática no Ecocentro, em Mira, onde podiam ver a componente prática.

----- TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS FREGUESIAS – RECENSEAMENTO ELEITORAL 2015 -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 322/2015**, do Sr. Presidente da Câmara, de 18 de dezembro de 2015, no sentido da transferência para as freguesias das importâncias apuradas, de acordo com os artigos 71.º e 72.º da Lei n.º 13/99, de 22 de março, Regime Jurídico do Recenseamento Eleitoral. -----

----- Mais foi deliberado, uma vez que o valor de 206,20€ (duzentos e seis euros e vinte cêntimos) já foi transferido para o Município, de acordo com o Decreto-Lei n.º 162/79, de 30 de maio, e em consonância com o que tem sido praticado em situações anteriores, transferir o valor correspondente a cada Freguesia prescindindo o Município dos 10% que lhe poderiam caber, a título de despesas próprias, conforme estipulado no n.º 1 do artigo 3.º do referido diploma legal, resultando nos seguintes montantes:-----

Freguesia	Nº Eleitores	Verba por cada Eleitor	Freguesia	Verba por concelho	Verba por eleitor	Verba por freguesia	TOTAL
		0,005 €	Mira	10,00 €	37,24 €	25,00 €	72,24 €
Mira	7.447	37,24 €	Seixo	10,00 €	7,69 €	25,00 €	42,69 €
Seixo	1.537	7,69 €	Carapelhos	10,00 €	4,29 €	25,00 €	39,29 €

Carapelhos	858	4,29 €	Praia de Mira	10,00 €	16,98 €	25,00 €	51,98 €
Praia de Mira	3.396	16,98 €		40,00 €	66,20 €	100,00 €	206,20 €
Total	13.238	66,20 €					

----- SUBSTITUIÇÃO DE ELEMENTO NA COMISSÃO DE VISTORIA PARA EFEITOS DE DETERMINAÇÃO DAS OBRAS DE CONSERVAÇÃO NECESSÁRIAS À CORREÇÃO DE MÁSD CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E/OU SALUBRIDADE – TOMADA DE CONHECIMENTO -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento da **proposta n.º 323/2015**, do Sr. Presidente da Câmara, de 18 de dezembro de 2015, relativa ao despacho do Sr. Presidente da Câmara, de 09 de dezembro, que determinou que se procedesse à contratação de serviços do engenheiro civil, Paulo Jorge Lopes da Silva, para substituir um elemento na Comissão de Vistoria para efeitos de determinação das obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança e/ou salubridade.

----- A referida Comissão de Vistoria passou assim a ser constituída pelos seguintes elementos: Membros efetivos: Eng.ª Solange Nogueira, Eng.º Rui Silva e Eng.º Paulo Silva; Membros suplentes: Arq.º Helder Marçal, Dr. Ângelo Lopes e Dr.ª Ana Mesquita.

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego que perguntou se era urgente e imperioso que a vistoria tivesse sido realizada no dia em que tinha sido marcada e se, de entre todos os restantes técnicos, ainda que não engenheiros civis, de toda a vasta experiência que tinham, se não se sentiam habilitados a poderem também fazerem aquela vistoria.-----

----- Mais perguntou, no caso de resposta negativa a ambas as questões anteriores, o que tinha aquela vistoria de tão especial.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara que esclareceu que se tratava de uma vistoria onde se pretendia verificar questões estruturais de estabilidade do edifício e tinham concluído, numa pré-análise, que havia divergência entre técnicos.-----

----- DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- APROVAÇÃO DE PROJETO “ECOCENTRO MIRA – VAGOS”-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 324/2015**, do Sr. Presidente da Câmara, de 17 de dezembro de 2015, no sentido da aprovação do projeto de um ecocentro, bem como o Caderno de Encargos, o Programa de Concurso, a Memória Descritiva e restante documentação técnica.-----

----- O Ecocentro irá servir os Municípios de Mira e de Vagos, a ser instalado juntos dos Armazéns Municipais, na Rua da Ponte do Canha, na Presa, localizado numa área de cerca de 4900m² de implantação, onde serão instalados vários contentores para se proceder à separação de diferentes resíduos, tais como: embalagens, papel e cartão, vidro, resíduos da construção e demolição, pneus e equipamentos elétricos, os quais serão posteriormente reencaminhados para locais devidamente licenciados. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara que esclareceu que, no âmbito da candidatura, era valorizado o facto de estarem aprovados o Caderno de Encargos, o Programa de Concurso, bem como demais peças processuais relativas e necessárias à contratação pública. Esclareceu ainda que o terreno era municipal e que se localizava junto aos Armazéns Municipais. -----

----- APROVAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES – ÁREA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INDUSTRIAL DO MONTALVO – EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS – RATIFICAÇÃO (N.º 3 DO ART.º 35.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO) -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos a favor, do Sr. Presidente da Câmara e dos Vereadores Sr. Nelson Maltez, Dr.^a Dulce Cainé e Dr. José Garrucho, e 3 abstenções dos Senhores Vereadores Dr. João Reigota, Dr. Miguel Grego e Prof.^a Graça Domingues, aprovar a **proposta n.º 325/2015**, do Sr. Presidente da Câmara, de 18 de dezembro de 2015, no sentido da ratificação, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do despacho do Sr. Presidente da Câmara, de 17 de Dezembro de 2015, que aprovou o mapa de quantidades com Erros e Omissões relativo ao concurso público designado por “Área de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial do Montalvo – Empreitada de Execução de Infraestruturas”, o qual se encontra anexo à presente ata e dela faz parte integrante. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara que esclareceu que tinha havido alguns empreiteiros que tinham apresentado pedido de esclarecimento técnicos e, apesar de haver diferentes entendimentos, entendia o Executivo apresentar aquela proposta. -----

-DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL, PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E AMBIENTE-

----- ATRIBUIÇÃO DE TOPONÍMIA NA FREGUESIA DE MIRA -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 326/2015**, do Sr. Presidente da Câmara, de 17 de dezembro de 2015, no sentido da atribuição definitiva do topónimo “Beco do Chãozinho”, nos termos do disposto na alínea ss) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente a um caminho sem saída que começa na Rua do Chãozinho, em Mira. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. José Garrucho que solicitou que os serviços do Município fornecessem informação atualizada à “Google” para que os mapas e sistemas de “GPS” também ficassem atualizados e, em alguns casos, fosse corrigida, o que considerou que era uma obrigação do Município.-----

----- RATIFICAÇÃO – INTERRUÇÃO DA CIRCULAÇÃO RODOVIÁRIA – FESTA EM HONRA DE S. TOMÉ – CASAL S. TOMÉ -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 327/2015**, do Sr. Presidente da Câmara, de 18 de dezembro de 2015, no sentido da ratificação, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara, de 18 de dezembro de 2015, que autorizou a interrupção rodoviária na Rua Principal, Casal de S. Tomé, nos dias 18 e 19 de dezembro para a realização de arraiais, solicitada pela Sr.ª Lídia Inácio, representante da Comissão de Festas em honra de S. Tomé, no Casal de S. Tomé. -----

----- Antes de encerrar os trabalhos, o Sr. Presidente da Câmara desejou a todos um bom Natal e um feliz ano de 2016, na esperança de celebrar a passagem de ano juntamente como todos os presentes. -----

-----ENCERRAMENTO:-----

-----E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi declarada encerrada a reunião, sendo 11h15, tendo sido aprovada, por unanimidade, a minuta da respetiva ata, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- E, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Paula Sofia dos Santos Arrais, na qualidade de secretária, redigi. -----

(Presidente: Raul José Rei Soares de Almeida, dr.)

(Secretária: Paula Sofia dos Santos Arrais, dr.ª)